

Educação popular e escola pública: aproximações, distanciamentos e embates

Popular Education and Public Schooling: Approaches, Distances, and Tensions

Educación popular y escuela pública: aproximaciones, distanciamientos y tensiones

Deyvison Kaycky de Melo Lucena

Centro Universitário Tabosa de Almeida

E-mail: deyvison.melo01@gmail.com

João Paulo de Azevedo Silva

Universidade Federal de Pernambuco

E-mail: jp.profpe@gmail.com

Resumo

O presente artigo analisa a Educação Popular e seus princípios a partir de uma abordagem interdisciplinar entre Educação e História. A problemática consiste em questionar se a escola pública possui, ou não, caráter popular. Para tanto, busca-se identificar os conceitos de educação e educação popular, compreender seus princípios norteadores e examinar suas expressões atuais, tomando a escola pública como campo de análise. O estudo justifica-se pela relevância social da escola pública para sujeitos das camadas populares. Metodologicamente, trata-se de uma pesquisa exploratória e explicativa, fundamentada em revisão bibliográfica de autores como Paulo Freire, Carlos Rodrigues Brandão e Darcy Ribeiro, além da aplicação de formulário de pesquisa aos discentes do campo de estágio.

Palavras-chave: Educação popular. Escola Pública. História. Princípios da educação popular.

Abstract

This article analyzes Popular Education and its principles from an interdisciplinary perspective between Education and History. The central issue questions whether public schooling possesses a popular character. To this end, the study seeks to identify the concepts of education and popular education, understand their guiding principles, and examine their contemporary expressions, taking public school as the field of analysis. The study is justified by the social relevance of public schooling for individuals from popular social groups. Methodologically, it is an exploratory and explanatory study, based on a bibliographic review of authors such as Paulo Freire, Carlos Rodrigues Brandão, and Darcy Ribeiro, in addition to the application of a research questionnaire to students in the internship field.

Keywords: Popular Education. Public School. History. Principles of Popular Education.

Resumen

El presente artículo analiza la Educación Popular y sus principios desde un enfoque interdisciplinario entre Educación e Historia. La problemática central consiste en cuestionar si la escuela pública posee, o no, un carácter popular. Para ello, se busca identificar los conceptos de educación y educación popular, comprender sus principios orientadores y examinar sus expresiones contemporáneas, tomando la escuela pública como campo de análisis. El estudio se justifica por la relevancia social de la escuela pública para los sujetos de los sectores populares. Metodológicamente, se trata de una investigación exploratoria y explicativa, fundamentada en una revisión bibliográfica de autores como Paulo Freire, Carlos Rodrigues Brandão y Darcy Ribeiro, además de la aplicación de un cuestionario de investigación a los estudiantes del campo de prácticas.

Palabras clave: Educación Popular. Escuela Pública. Historia. Principios de la Educación Popular.

Introdução

A presente propositura de investigação nasce através do percurso epistemológico explorado pelo autor nas áreas de História, Filosofia e Educação, buscando a interdisciplinaridade para a compreensão da realidade e seus fenômenos. As inquietações provocadas através de debates e diálogos nas cadeiras de “História da Educação Brasileira”, “Filosofia da Educação” e “Prática de ensino em História II”, ofertadas no curso de História da Asces-Unita, somado com a experiência do estágio docente em uma escola da rede municipal de Caruaru, constituem-se como forças geradoras.

Conforme o pensamento Freiriano “A educação não é um processo de adaptação do indivíduo à sociedade. O homem deve transformar a realidade para ser mais” (Freire, 2023, p. 38). Assim, investigar o caráter popular da escola pública se faz uma demanda do presente e socialmente relevante pela importância da instituição escolar na formação de jovens e adultos para “serem mais” ou não.

Assim, questiona-se: para quem serve a Escola Pública? Essa escola é uma escola do povo e para o povo? O presente trabalho propõe uma releitura da EP que possa esboçar, sem pretensão de esgotar o assunto, algumas respostas para a questão-problema norteadora: existe ou não o caráter popular na escola pública? Para atingir os nossos objetivos propõe-se: 1. Identificação dos conceitos de educação e educação popular. 2. Compreender os princípios norteadores da Educação Popular. 3. Examinar a Educação Popular na contemporaneidade com uma análise da/na Escola Pública que se apresenta como nosso campo de estágio.

O ato reflexivo sobre tais questões é fundamental, pois “quem não pensa é pensado por outros” (Luckesi, 1994, p. 25). Geralmente “esses outros” personifica-se no pensamento da classe dominante que é transformado em senso-comum objetivando, portanto, menos reflexão crítica e sistemática para efetivar a menor mobilização social possível em busca de transformações, pois “só

se pode agir a partir de um esclarecimento do mundo e da realidade” (Luckesi, 1994, p. 23). Por isso, é fundamental o empreendimento da pesquisa que busca desvelar e lançar luzes em tal objeto de estudo circunscrito a uma determinada realidade.

Assim sendo, na primeira seção busca-se analisar o contexto sócio-educacional precursor e gerador da Educação Popular, através dos principais marcos históricos da educação no Brasil, pois “temos de saber o que fomos e o que somos, para saber o que seremos” (Freire, 2023, p.42). Na seção seguinte, trilhamos um caminho possível para a compreensão da questão: “O que é Educação Popular?” apresentando os princípios base dessa concepção educativa. Por fim, na terceira seção, realizamos a análise de uma Escola Pública Municipal na cidade de Caruaru, confeccionando diálogos entre a leitura do mundo com a leitura da palavra.

Metodologia

A pesquisa realizada utiliza da metodologia quali-quantitativa com o estudo de obras e artigos científicos, sendo um estudo exploratório e explicativo. Além disso, para as (in)conclusões finais, construímos um formulário que foi respondido pelos estudantes da educação básica e pública. Debruçamo-nos na bibliografia de alguns estudiosos e especialistas no decorrer da pesquisa para a emergência do presente trabalho: Paulo Freire (2023), Cipriano Luckesi (1994), Carlos Brandão (2007), Darcy Ribeiro (1995), entre outros.

Resultados e discussões

1. O PANORAMA EDUCACIONAL BRASILEIRO: as grandes “amarras” históricas do acesso à educação

A educação é, sem sombra de dúvidas, um objeto de estudo complexo e cheio de meandros não lineares. Contudo, não é apenas objeto de estudo dos pesquisadores, mas o resultado da experimentação e fruição do mundo que todos os sujeitos viventes submetem-se. Em consonância, afirma o pesquisador Carlos Brandão:

Ninguém escapa da educação. Em casa, na rua, na igreja ou na escola de um modo ou de muitos todos nós envolvemos pedaços da vida com ela: para aprender, para ensinar, para aprender-e-ensinar. Para fazer, para saber, para ser ou para conviver, todos os dias misturamos a vida com a educação (Brandão, 2007, p. 2).

Com efeito, a educação está presente na socialização entre os seres humanos e remonta ao nosso primeiro marco histórico: o encontro de Pindorama com os povos originários, antes da invasão. A própria estrutura social de formação dos indígenas pindorânicos era compatível com essa percepção de educação, valorizando-se a solidariedade e as trocas mútuas. Segundo o

sociólogo Darcy Ribeiro, os povos de matriz Tupi detinham “[...]o claro sentimento de honra, glória e generosidade, e capacitados, como gente alguma jamais o foi, para a convivência solidária” (Ribeiro, 1995, p. 44).

Por conseguinte, as referidas características foram alicerces para a educação e a transmissão de sabedoria que ocorria na convivência, nos diálogos, na observação dos mais velhos, na solidariedade e ajuda mútua para atingir algum objetivo em prol da tribo, nessa perspectiva “as pessoas convivem com as outras e o saber flui, pelos atos de quem sabe-e-faz, para quem não-sabe-e-aprende” (Brandão, 2007, p. 18).

Por certo, o próprio desenvolvimento cultural, espiritual e material dos povos indígenas revelam o caráter social da educação em pleno século XVI: “[...]os povos Tupi davam os primeiros passos na revolução agrícola[...] cultivavam o milho, mandioca[...]”(Ribeiro, 1995, p. 32). Certamente ninguém aprende a fazer um roçado sozinho, nem construir machadinhos de pedra ou qualquer outra prática de subsistência, somente acontece através dessa forma primordial de educação socializada que têm-se êxito, transmitindo-se a experiência acumulada. Acerca disso, o pesquisador Dermeval Saviani aponta que:

De modo geral, observa-se que os conhecimentos e técnicas sociais eram acessíveis a todos, não se notando qualquer forma de monopólio. A cultura transmitia-se por processos diretos, oralmente, por meio de contatos primários no interior da vida cotidiana (Saviani, 2013, p.38).

Portanto, infere-se que a educação - em seu sentido mais amplo - está intimamente ligada ao processo de socialização, pois aprendemos com todos os indivíduos que perpassam nossa vida. Em solo pindorâmico, percebe-se que o ato educativo já existia com os povos originários por intermédio da socialização, experimentação e diálogo dos indivíduos com os outros, consigo mesmo e com a natureza, “em qualquer idade e tipo de relação social era possível aprender, convertendo a todos, de algum modo, à posição de mestres” (Saviani, 2013, p.38).

A educação sofrerá uma dura metamorfose posteriormente com a formalização dos processos pedagógicos pelos Jesuítas e a Instituição do Ratio Studiorum, nosso segundo marco histórico, consolidando a pedagogia jesuítica, tradicional (Saviani, 2013). Sendo assim, a educação desvincula-se do escopo dialógico com a natureza e o diálogo com o outro.

Observando a cultura indígena, podemos notar outro caráter da educação: a formação do homem e mulher ideais, idealização própria de cada grupo. Nesse sentido, através dos processos de educação pelos mais velhos ou indivíduos mais maduros na cultura, o novo indivíduo insere-se

nessa determinada cultura, sofrendo o processo de “endoculturação” (Brandão, 2007). Portanto, o/a jovem pindorâmico/a aprendia, nas relações sociais e práticas cotidianas, se inserir em seu contexto cultural específico. Endoculturar-se, isto é, aprender e incorporar o modo de vida legitimado pela coletividade, por meio do ensino de membros experientes do grupo, era fundamental.

Por conseguinte, forma-se o guerreiro ideal, a mulher, o xamã, etc. Nesses ambientes de ensinagens e aprendizagens não há alunas/os e professoras/es, pois não há necessidade. A própria dinâmica do sentir-pensar e existir tornar-se “salas de aula”. Assim, a “educação escolar formal” acaba apresentando-se como uma ínfima fração do processo de endoculturação pelas trocas, sendo a “educação” uma concepção mais abrangente desse enorme conjunto, trabalhando para a formação dos indivíduos no processo da endoculturação.

Conforme pontuado anteriormente, na História do Brasil observamos uma virada de chave: a introdução do europeu, proveniente de uma sociedade classista e hierarquizada. O Historiador Sérgio Buarque de Holanda ressalta que, a partir da introdução do homem ibérico, houve no processo gestacional da colonização um transplante cultural, plantando-se e tentando reproduzir uma pequena Europa nos trópicos:

A tentativa de implantação da cultura européia em extenso território, dotado de condições naturais, se não adversas, largamente estranhas à sua tradição milenar, é, nas origens da sociedade brasileira, o fato dominante e mais rico em consequências (Holanda, 1995, p. 31).

As consequências foram gravíssimas, o modo indígena de ser e viver esvai-se, desumaniza-se suas práticas culturais, ignorando-se, portanto, seu processo educacional típico de uma sociedade autárquica, sem classes e solidária. A educação tomará novos rumos, pois sendo monopolizada pelo colonizador servirá para domar as mentes e controlar os corpos, servindo ao projeto político-econômico colonial. Sobre esse aspecto do processo de ensinar-e-aprender, pontua Brandão:

A educação da comunidade de iguais que reproduzia em um momento anterior a igualdade, ou a complementaridade social, por sobre as diferenças naturais, começa a reproduzir desigualdades sociais por sobre desigualdades naturais, começa desde quando aos poucos usa a escola, os sistemas pedagógicos e as leis do ensino (Brandão, 2007, p. 34)

Em específico, essa “virada” acontece quando efetua-se a introdução dos colégios e aldeamentos jesuíticos, visando a catequese e a conversão de almas, para: “[...]transformar os índios, através do ensino, em bons cristãos, reunindo-os em pequenos povoados ou aldeias” (Fausto, 2006, p.49). Em consequência, monta-se todo um aparato sócio-pedagógico pautado nas desigualdades,

legitimando a visão do homem europeu ocidental sobre o fazer educacional, perspectiva que prevaleceu até a contemporaneidade.

Outrossim, sob tais bases de nossa formação histórica, social e educativa firmam-se as distâncias entre a população brasileira. De um lado a casta privilegiada e dirigente e de outro a grande massa pobre, sujeita ao desdém e negação de direitos relegados à primeira. Sobre isso pontua Darcy Ribeiro: “A estratificação social separa e opõe, assim, os brasileiros ricos e remediados dos pobres, e todos eles dos miseráveis, mais do que corresponde habitualmente a esses antagonismos”(Ribeiro, 1995, p. 24).

A educação tem papel fundamental na construção desse projeto societário. Primeiramente porque a educação foi utilizada como uma reprodutora de desigualdades, transplantando-se uma sociedade classista, além de ser uma potencializadora dessas mesmas desigualdades que criou, pois a educação e instrução ficou, por muito tempo, restrito à parcela privilegiada da sociedade, sendo negada para boa parte da população.

A educação escolar formal toma a frente da organização de todo o processo educativo, sendo legitimada, enquanto aquela proveniente da socialização dos saberes cotidianos - presente desde os povos originários - é subalternizada. Portanto, na gênese da nossa formação, após o elemento europeu, há uma tentativa de apagamento da educação eminentemente popular, sendo substituída por uma espécie de educação privada à substratos específicos - utilizada para a trama da formação do nosso país.

Na contemporaneidade, entende-se que “a educação é um direito humano fundamental porque é a base, o início e, ao mesmo tempo, a aspiração e o ponto de chegada de toda luta pela justiça social e pela igualdade, de toda luta contra a humilhação e o desprezo aos quais são submetidos milhões de seres humanos por terem nascido pobres” (Gentili, 2007, p. 1072).

Em nosso terceiro marco histórico, observamos que o legado tradicional é, por certo, renovado na década de 1960 durante a Ditadura Militar sob uma “pedagogia tecnicista” ou “bancária” que busca o treinamento e submissão dos/as estudantes para seu ingresso no mercado e o não questionamento da ordem. A submissão corroborou também para a continuidade do sistema político opressor. Em outras palavras, a educação servirá para o projeto político-econômico neoliberal que busca a produção e reprodução da mão-de-obra barata e submissa, conforme aponta Dermeval Saviani (2013).

A educação escolar, na contemporaneidade, afasta-se daquela educação socializada dos nossos povos originários, desvalorizando os saberes da experiência e buscando, sempre, uma perspectiva mais objetiva que esteja correlata aos novos currículos - tornando dicotômico a relação palavra-mundo. Nesse sentido, nossa educação escolar está mais voltada para a “adaptação do indivíduo” ao sistema do que o reconhecimento e a valorização de suas potencialidades. A uniformização do currículo e seu afastamento das relações com/no mundo, não produzem um ser humano autêntico, mas uma formatação copiosa.

quando o ser humano pretende imitar outrem, já não é ele mesmo. Assim também a imitação serviu de outras culturas produz uma sociedade alienada ou sociedade objeto. Quanto mais alguém quer ser outro, tanto menos ele é ele mesmo (Freire, 2023, p. 44-45).

Destarte, faz-se imprescindível a reflexão acerca de novas concepções e práticas educativas, buscando valorizar aquilo que nos faz humanos: nossa própria autenticidade, nossas inquietudes mediante o mundo. A educação escolar, pequena fatia do processo educativo, é fundamental na vida de crianças e jovens sendo, por vezes, seu único acesso ao saber sistematizado. Por isso é de extrema importância buscar práticas que, de fato, elevem esses sujeitos. Assim, buscamos e defendemos uma educação humanizadora e não “formadora” de uma pessoa-objeto.

2. Princípios da educação popular

A Educação Popular assenta suas bases como uma possibilidade de confrontação com a Educação Verticalizada/Bancária, ainda presente em nossas escolas. Sobre essa verticalização das relações de ensino-aprendizado:

o educando recebe passivamente os conhecimentos, tornando-se um depósito do educador. Educa-se para arquivar o que se deposita. Mas o curioso é que o arquivado é o próprio homem, que perde assim seu poder de criar, se faz menos homem, é uma peça (Freire, 50, 2023).

A conjuntura dos anos 60 é consolidante para a educação bancária que, através de relações extremamente fechadas e hierárquicas, pensa estar fazendo educação. Será mesmo que, essa perspectiva de educação, serve ao povo ou ao projeto político-econômico da ordem vigente? Para quem interessa, afinal, a submissão, a padronização dos saberes cultos e o não questionamento? Conforme Fontella e Machado:

Paulo Freire, com seu engajamento nos anos 1960, começa fazer a leitura da realidade brasileira e latino-americana assim, inicia o processo de formação de uma pedagogia que se constitui por diferentes abordagens filosóficas e de práticas educativas populares concretas que ocorriam em diferentes contextos e situações (2015, p 2).

Nesse sentido, nasce a síntese dos processos educativos múltiplos, derivados da pluralidade de contextos e situações, isto é, da própria vida, do qual chama-se de Educação Popular. As primeiras experiências de EP iniciam-se nos interior dos movimentos da sociedade civil, nos coletivos, etc. Assim, a EP não é um movimento que nasce no espaço escolar, mas na sociabilidade e troca de saberes-fazeres entre os grupos.

Assim, Francisca Pini(2012, p. 4) expõe que “os contextos da educação Popular ampliam-se como forma de enfrentamento ao modo de produção capitalista, tendo em vista, que a estrutura social vigente é promotora da desigualdade, violência, individualismo e barbárie”, sendo um movimento que emerge como uma possibilidade para a transformação das relações e a conscientização dos humilhados, subalternizados e violentados.

Sem dúvidas, a EP nasceu à margem do ambiente escolar formal, nas organizações populares, com o objetivo de conscientização e emancipação do sujeito humano, as repercussões foram tão fortes que, possibilitam o rompimento dos muros, influenciando as possibilidades de ensino-aprendizagem dentro da escola(Fontella, Machado, 2015).

Por consequência, é imprescindível uma formulação inicial dos princípios norteadores dessa prática educativa que rompe barreiras, buscando um mapeamento inicial que possa subsidiar o que-fazer pedagógico dos docentes na educação básica. Assim, para a compreensão dos princípios, é necessário saber que, em um viés Freiriano, a educação não é neutra, mas tem intencionalidade - consciente ou não(Freire, 2011). Por isso, a reflexão sobre a prática torna-se essencial. Que escola quero construir? Com quais objetivos?

O pesquisador João Paulo de Azevedo (2023), pontua que a EP não é um conceito fechado, mas fluído e dinâmico, adaptável às diversas situações e contextos. Contudo, pode-se esboçar alguns princípios fundantes que caracterizariam essa forma educativa. Assim sendo, a EP tem como princípio a valorização da pessoa humana, pois todo saber emana do ser humano, sendo potencializador por essência.

Portanto, não existem hierarquias entre os saberes orais ou escritos, pois todos provém da pessoa humana geradora e potencializadora. Sobre isso, pontua Freire(2011) que o educador, no processo de transformação da curiosidade ingênua para epistemológica, necessita respeitar os saberes provenientes do contexto sócio-cultural e epistêmico do/a estudante, pois o processo de educação acontece com e para além dos muros escolares.

O processo de ensino-aprendizagem através do diálogo constitui outro princípio baluarte, pois corrobora para a quebra das hierarquias estabelecidas e promove o saber através da socialização. E, através do diálogo, um outro princípio fundante é a afetividade. E ser afetivo não significa ser piegas, mas preocupado com o outro, colocar-se mais em um local de escuta ativa, modificar as lentes individualistas do neoliberalismo com a Educação Bancária (Freire, 2023).

Por fim, mas não menos importante, vem o princípio da esperança, perspectiva de que - mesmo compreendendo o ser humano como condicionado e inconcluso - observa o/a homem/mulher como possibilidade de ser mais, realizando seu processo de humanização e conscientização. Em outras palavras, é importante nutrir a esperança no que-fazer educacional, pois a partir dele pode ser constituído as bases para a emancipação, valorização dos sujeitos (Freire, 2023). Através da EP, as comunidades e sua diversidade é valorizada, não marginalizando os sujeitos, promovendo a efetiva transformação nas consciências e, posteriormente na sociedade, pois como relata o Professor Paulo Freire, a educação não muda o mundo, muda as pessoas e estas modificam o mundo.

Considerações finais

Com o propósito de corporificar os saberes discutidos no presente artigo, foi realizada uma breve pesquisa com estudantes do sexto ano em uma escola municipal de Caruaru. Por conseguinte, foi realizada a aplicação de um formulário de múltipla escolha, participaram 21 estudantes - toda a turma. A participação foi pontuada como facultativa, cabendo ao sujeito à decisão de participar. Assim, segue uma tabela constando as perguntas e as respectivas respostas:

FORMULÁRIO DE PERGUNTAS - 1

FORMULÁRIO APLICADO	
PERGUNTAS	PERCENTUAIS
1) Você acha que as matérias que estuda na escola, estão conectadas e tem utilidade para sua vida?	(66,7%)MUITO; (33,0%) ÀS VEZES; (0%)NUNCA; (0%)PREFIRO NÃO DIZER
2) Você gosta da escola?	(52,4%)MUITO; (42,9%) ÀS VEZES; (4,8%)NUNCA; (0%)PREFIRO NÃO DIZER
3) A matéria de História é legal?	(52,4%)MUITO; (42,9%) ÀS VEZES; (4,8%)NUNCA; (0%)PREFIRO NÃO DIZER
4) Nas conversas do dia a dia (sobre vários	(23,8%)MUITO; (71,4%) ÀS VEZES;

FORMULÁRIO APLICADO	
PERGUNTAS	PERCENTUAIS
assuntos), você costuma aprender com os colegas?	(4,8%)NUNCA; (0%)PREFIRO NÃO DIZER
5) Você costuma conversar com os colegas sobre o assunto estudado?	(15%)MUITO; (70%) ÀS VEZES; (15%)NUNCA; (4,8%)PREFIRO NÃO DIZER
6) Você acha que História é uma matéria importante para a sua vida?	(76,2%)MUITO; (19%) ÀS VEZES; (0%)NUNCA; (4,8%)PREFIRO NÃO DIZER

FONTE: O autor (2025)

O ambiente escolar é complexo, multifacetado. As respostas ao formulário demonstram isso. Na questão 1) e 2), uma quantidade expressiva considera as matérias com sentido na sua vida e a escola sendo um ambiente “legal”, isto é, agradável ao discente. Contudo, observamos uma boa parcela que não pontua isso muitas vezes, ocorrendo apenas algumas vezes.

Nesse sentido, podemos compreender a diversidade de respostas através de duas esferas. A. A escola enquanto espaço de formação significativa para o povo, corporificando seus saberes e gerando conhecimento significativo. B. A escola enquanto espaço neoliberal, materializada no currículo. Portanto, observamos que, em alguns momentos, há uma possibilidade de que a escola seja popular, isto é, voltada para a promoção daqueles sujeitos que a frequentam.

Contudo, a partir de uma perspectiva engessada do currículo neoliberal, das disciplinas “blocadas” e “lineares” perde-se parte significativo do caráter popular. Ora, basta lembrar que quem elabora o currículo é o Estado, com seus interesses, mas quem tem autonomia docente é o professor - lecionando a partir de sua concepção pedagógica.

Nas questões 4) e 5), podemos observar a preponderância razoável do diálogo para a construção dos saberes. Essa socialização pedagógica existe, evidentemente, pois como anteriormente pontuado a educação nasce através dessa perspectiva de ensino-aprendizado mútuo. Na contemporaneidade, observamos que a organização das salas de aula - de forma hierárquica e sequencial - desfavorece o diálogo. Como dialogar com alguém que não consegue ver, pois está de frente ou de costas? Essas dinâmicas organizativas impactam diretamente o saber socializado.

A organização do espaço escolar, em fila indiana, remonta à ordem dos quartéis militares, onde não há espaço para questionamento, perguntas demasiadas ou questões maiores. O que

importa, fundamentalmente, é acatar ordens, calar-se e não questionar. Nesse viés, observamos resquícios fortíssimos da pedagogia tradicional que remontam à invasão portuguesa em Pindorama, processo colonial que teve como um de seus fundamentos a catequese de povos indígenas, violentando sua cultura (Saviani, 2013). Em outros paralelos, a subserviência pode ser uma perspectiva interessante à uma lógica neoliberal que necessita “domesticar o homem” e torná-lo um ser submisso, uma mão-de-obra barata que acatará ordens sem questionar. Será mesmo esse o papel da escola? Formar apenas para o mercado de trabalho exploratório?

Entretanto, observamos que há possibilidade de aprendizado nos locais de socialização escolar, principalmente pátios, quadras ou bibliotecas, presentes em nossas escolas. Nessa perspectiva, estamos ainda trilhando os primeiros passos para uma verdadeira democratização do conhecimento através do diálogo horizontal, manso e espontâneo. Onde a escola possa tornar-se a casa da liberdade, da circulação do saber, produção artística, ciência, filosofia, etc.

As questões 3) e 6) relatam um pouco da experiência dos estudantes com a matéria de História. Os índices apontam que, para mais da metade da turma, as aulas são legais e importantes para a sua vida. Qual o objetivo de uma Escola Pública que se queira “Popular” senão a utilização dos saberes socializados para a promoção dos sujeitos que acessam esses espaços, através da divulgação do patrimônio cultural da humanidade, não no sentido de “impor”, mas de refletir e aplicar à sua realidade?

Esses pequenos apontamentos e análises são (in)conclusivas, sem pretensão de esgotar o assunto, mas objetivando lançar luzes para a problemática. Assim sendo, é notório que essa escola em questão alçou voos significativos no seu sentido popular, mas que ainda necessita de melhorias para que este caráter seja efetivamente consolidado.

A urgência dessa reflexão se faz porque quem acessa a Escola Pública é o povo, sendo esta um aparelho do Estado que deve servir aos sujeitos e não ser servida com a imposição de saberes dissociados da realidade dos mesmos que, por vezes, é negada ou subalternizada buscando uma “cultura culta” ao invés da síntese dos saberes cotidianos e escolares, o patrimônio da humanidade, para sua efetiva democratização. A Escola Pública, para tornar-se efetivamente popular, provavelmente ainda necessite de muitos passos reformulativos. Em sabedoria popular “ainda precisa comer muito arroz e feijão” do conhecimento.

Referências

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é educação**. São Paulo: Editora Brasiliense, 2002.

- FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. 12. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.
- FONTELLA, C. R. de Freitas; MACHADO, M. Elisabete. A trajetória da Educação Popular (EP) e da Educação de Jovens e Adultos (EJA) no Brasil. In: **IX Seminário Nacional de Diálogos com Paulo Freire: Utopia, Esperança e Humanização**, 9., 2015, Taquara. Anais Taquara: Faculdades Integradas de Taquara, 2015.
- FREIRE, Paulo. **Educação e mudança**. 50. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2023.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 43. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2011.
- GENTILI, Pablo. **O direito à educação e as dinâmicas de exclusão na América Latina**. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 30, n. 109, p. 1059-1079, 2009.
- HOLANDA, Sérgio Buarque. **Raízes do Brasil**. 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- LUCKESI, Cipriano Carlos. **Filosofia da Educação**. São Paulo: Cortez, 1994.
- PINI, Francisca Rodrigues de Oliveira. **Educação popular e os seus diferentes espaços**: educação social de rua, prisional, campo. In: *IV Congresso Internacional de Pedagogia Social*, 4., 2012, São Paulo.
- RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro**: evolução e sentido do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- SAVIANI, Dermeval. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. 4. ed. Campinas: Autores Associados, 2013.
- SILVA, João Paulo de Azevedo. **Capoeira, filosofias africanas e educação popular**: o corpo como texto e as gingas como grafias que expressam subjetividades em movimento emancipatório em Tamandaré-PE. 2023. 178f. Dissertação (Mestrado em Educação Contemporânea) – Universidade Federal de Pernambuco, Caruaru, 2023.